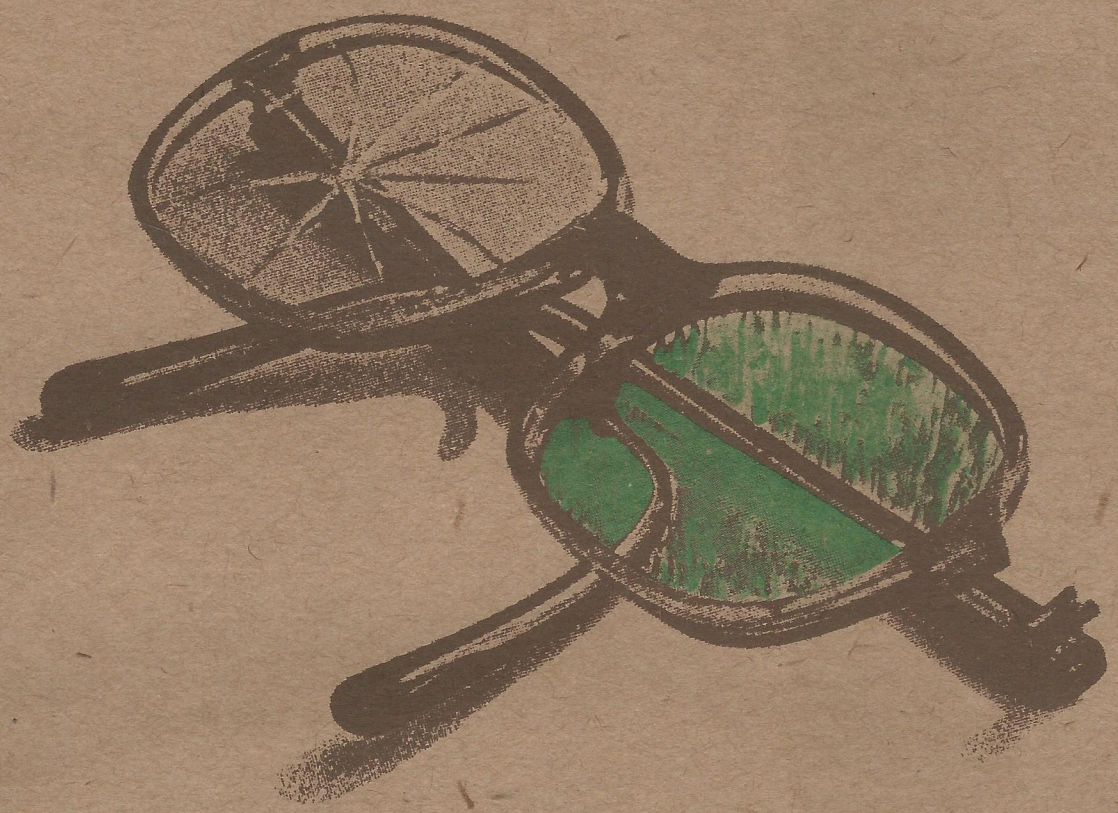
Exemplar de assinante Cr$ 20,00

ARQUITETO

57



eu vou voltar pro interior / fridman 76

Aumenta a participação dos arquitetos nos encontros da SBPC

A possibilidade de um debate interdisciplinar, tem levado um número cada vez maior de arquitetos e urbanistas a participarem dos Congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Neste número iniciamos a publicação de alguns dos trabalhos que despertaram maior interesse dos profissionais da área. A partir da página 10.

O destaque para os problemas urbanos e do uso do solo

O uso do solo, a renda da terra e os problemas de urbanismos estão presente em pelo menos três matérias desta edição: a urbanista Clementina de Ambrosis, em artigo para o ARQUITETO, propõe uma legislação disciplinadora para o uso do solo urbano, e o equilíbrio entre áreas públicas e privadas (págs. 6 e 7). Acácio Werneck, Bolivar Lamounier, Ana Maria Brasileiro e Luís Gama de Andrade debatem o planejamento urbano como processo político (p. 11), enquanto Paul Singer, Gabriel Bolaffi, Rodrigo Lefreve e Sérgio Ferro (que veio da França exclusivamente para participar da SBPC) discutem o papel da renda da terra no padrão de crescimento das grandes metrópoles. (pág. 12 e 13)

Dois congressos internacionais em setembro

Além do simpósio internacional de arquitetos paisagistas que se realizará em Salvador, os arquitetos promovem, de 25 a 30 de setembro, a reunião do Cone Sul da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos. (Pág. 4).

"É preciso descartar os fantasmas", diz Taddei num balanço da gestão

Pedro Taddei Neto, presidente do departamento de São Paulo do IAB, analisa os primeiros seis meses da atual gestão e aponta as perspectivas de atuação para a classe, do ponto de vista político e profissional (pág. 3). O debate proposto pela Assembléia Geral dos arquitetos paulistas está na página 8, juntamente com um documento nacional sobre o atual momento político.

Opinião

"É preciso descartar os fantasmas", diz Taddei neste balanço semestral

O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento São Paulo, Pedro Taddei Neto, reconhece, no balanço que faz dos primeiros seis meses de sua gestão, que a entidade não se en- nômica que atingiu as classes média e mática atual da categoria. A evolução do sistema capitalista no País nos últimos anos aliado à concentração de capitais por uma minoria e a crise econômica que atingiu às classes média e trabalhadora concorreram para o assalariamento do profissional da arquitetura deixando para trás sua condição de profissional de elite, de arquiteto de atelier. O IAB, nascido há 30 anos quando o arquiteto era um profissional único foi atingido pelas transformações político-sociais e hoje reflete a categoria que representa numa não aceitação da realidade que se apresenta.

"O IAB, o Sindicato de Arquitetos e o CREA não estavam e não estão preparados" — diz Pedro Taddei. "Não só a veemência das reclamações revelam o despreparo, como também o ensino não encontrou formulação alternativa para o método 'mestre e aprendiz'. Mas temos, antes de tudo, o pensamento do conjunto dos arquitetos que ainda se alimenta, a respeito da profissão, na fonte de uma ideologia do arquiteto com "A" maiúsculo que, hoje, só acarreta entraves, impedindo a compreensão de uma realidade bastante incômoda. Ora, o problema que se coloca é antes da arquitetura e não do arquiteto; este será mais bem compreendido quando o debate sobre o primeiro tiver permitido esclarecer seu futuro. Perscrutar caminhos para a Arquitetura supõe hoje, após 14 anos de obscurantismo pesando sobre a cultura nacional, instaurar a polêmica efetiva sobre a Arquitetura. E nesse ponto as imagens que persistem sobre a profissão do arquiteto constituem uma massa de inércia considerável. As razões para o constante recurso a essas imagens oriundas de um processo já passado, acredito tenham algo a ver com o papel que, em seu conjunto, os arquitetos tiveram justamente na fase do "milagre brasileiro".

Procurando evitar exceções e particularidades é preciso considerar que a Arquitetura atendeu às exigências de produção de imóveis para as altas faixas de renda — conseqüência da concentração do capital e seus sucedâneos sobre a política do BNH — e o planejamento mais do que nunca viu exacerbada sua função de controle social. Isso tem levado o debate a concentrar-se em generalidades e abstrações, que beiram o oportunismo, apressando-se a fincar uma nova bandeira um palmo à frente da última, quando esta está prestes a ser encampada pelo governo."

A tentativa de elaboração de um programa político pelo IAB/SP começa a tomar forma, segundo Taddei, que considera a problemática do arquiteto uma questão de soluções eminentemente políticas. "A nível prático" — lembra ele — "pode-se fazer algo, mas não creio que nenhum tipo de ação possa resolver satisfatoriamente o problema. Estaríamos incorrendo num engodo se acenássemos com essa perspectiva para a classe". Fica assim colocado que as discussões realizadas no IAB de cunho altamente teórico visam à elaboração desse programa político "e não há programa político sem teoria", destaca o presidente da entidade.

"Esse programa está por ser feito descartando-se alguns fantasmas sobre o papel social da profissão e recorrendo-se à natureza do seu objeto, a Arquitetura. Este sim nos proporciona, mais do que décadas, séculos de lições." Destruir alguns "fantasmas'" implica questões como a socialização da Arquitetura, "mero reflexo do atual estágio de desenvolvimento do país". A profissão vai se tornando comum, entende Pedro Taddei, mas socializada ela será mais livre com as mais amplas perspectivas de futuro. "Isto será o fim do arquiteto? Talvez, se entendido de forma limitada." Outro "fantasma" a ser descartado diz respeito à usual argumentação de que a proliferação no país de escolas de arquitetura veio concorrer de forma marcante para o assalariamento, desemprego e subemprego do arquiteto. "Essa argumentação só alimenta uma idéia divisionista e procura ver no 'despreparo' do jovem arquiteto a causa das dificuldades que a profissão vem enfrentando no mercado de trabalho cujo objetivo é sempre privilegiar aquele que não é jovem."

Buscar um questionamento mais profundo foi uma necessidade nascida durante o IX Congresso de Arquitetos em 76 coincidindo com o início da revisão do modelo político pelo governo brasileiro. "A questão que se colocou para nós nestes primeiros meses de gestão foi a de procurar conduzir os debates a níveis mais elevados de forma a passar de uma etapa de indignações e reclamações mais ou menos difusas à formulação de um programa no plano nacional e a reivindicações específicas tangíveis. O que significa, por um lado, encampar, com as suas conseqüências, os reclamos de toda a sociedade civil em torno da democratização e, por outro, assumir as responsabilidades específicas dos arquitetos nesse processo procurando extrair, daí, perspectivas para o futuro de nossa entidade."

Assim, o órgão se engajou em ações concretas da comunidade enfatizando as questões próprias da arquitetura de interesse coletivo: Caucaia, Sanegran, Trindade. "Procuramos associar esforços com os diversos setores da sociedade civil empenhados na democratização do país, e tivemos causas como a anistia, greves, manifestações de protesto e debates públicos sobre a questão. E ainda procuramos dar corpo às reivindicações profissionais dos arquitetos cuidando das atividades no CREA, Conesp, concurso da prefeitura, cadastramento unificado proposto pela Secretaria do Planejamento do Estado. Finalmente procuramos abordar, em profundidade, a questão das nossas entidades profissionais com base em um debate interno que está longe de exaurir."

ARQUITETO

Ano VI - N.º 57
Agosto/Setembro 78
Tiragem: 15 000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda. **As matérias publicadas não refletem obrigatoriamente o ponto de vista das entidades.**

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: Rua Herculano de Freitas, 249 - tel. 256-2496, CEP 01308 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr$ 200,00.
Número atrasado, Cr$ 20,00.

SASP
Presidente: Jon Andoni Vergareche Maitrejean; **Vice-presidente:** Lúcio Gomes Machado; **Diretor-secretário:** Celso Júlio; **1.º Tesoureiro:** Idal Feferbaum; **2.º Tesoureiro:** João Clodomiro Browne de Abreu; **Diretora:** Maria Giselda Cardoso Visconti; **Diretores Suplentes:** Carlos Alberto Tauil, Nelson Trezza, Paulo Celso Dornelles Del Picchia, Therezinha Banevicius, Olair Falcirolli de Camillo, Gil Mendes Coelho e Melo; **Conselho Fiscal:** Ricardo Chaim, Teru Tamaki, Sérgio Teperman; Zelma Cincotto, Motoi Tsubouchi, Luiz Cláudio Villares (Suplentes). **Delegados Representantes:** Alfredo Serafino Paesani, Geraldo Vespaziano Puntoni; William Munford, Jorge Osvaldo Carono (Suplentes).

IAB-SP
Presidente: Pedro Taddei Neto; **1.º Vice-Presidente:** Paulo Bastos; **2.º Vice:** Samuel Szpigel; **3.º Vice:** Paulo Sérgio de Souza e Silva; **Secretário Geral:** Marta Tanaka; **Secretários:** Márcia Lucia Guiiherme, José Sales Costa; **Tesoureiros:** Pedro Cury, Roberto Saruê; **Diretores:** Antonio Carlos Carneiro, Antonio Luiz Dias de Andrade, Benedito Lima de Toledo, Bernardo Kopfler, José Borelli Neto e Luiz Carlos Chichierchio; **Conselho Fiscal:** César Bergstron Lourenço, Roberto Ventura e Sílvio Dworecki; **Conselho Superior:** Antonio Fernandes Panizza, Benno Perelmutter, Décio Tozzi, Edison Eloy de Souza, José Magalhães Júnior e Paulo Mendes da Rocha; **Suplentes:** Carlos Lemos, Eurico Prado Lopes, Fábio Goldman e João Walter Toscano.

ARQUITETO
Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor Responsável:** Fábio Penteado; **Conselho Editorial:** Abrão Sanovics, Pedro Taddei Neto, Lúcio Gomes Machado, Gil Coelho e Vicente Wissenbach; **Editor Assistente:** Francisco Augusti; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Adail R. da Motta, Rita de Castro Sobral (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Hosana Pedroso, Alê Bernardes. Sílvia Penteado, Fátima Beltrão, José Roberto Silva (BSB), Sérgio Fujiwara, Paulo Caruso (ilustrações); **Consultores/colaboradores:** Arquitetos: Antonio de Oliveira Santos, César Bergstron Lourenço, Cristiano Mascaro, Fábio Goldman, Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn, Teru Tamaki, **Correspondentes:** César Augusto Campos da Silva (PE), Ephim Sheuger (EUA), Stenio José Ferreira e Luiz P. Conde (Rio), Ivan Mizoguchi e Clóvis Ingelfritz (RS), Antonio José Cunha (BA); **Fotolitos:** Studfoto, Ponto; **Composição e impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Encontro

Os arquitetos latino-americanos esperam uma grande contribuição dos profissionais brasileiros no encontro de Curitiba

Encontro do Cone Sul em fase de preparação

O IV Encontro de Arquitetos do Cone Sul, promovido pelo IAB, departamento Paraná, vai apresentar como tema central: "Arquitetura e Desenvolvimento Nacional", uma forma, segundo seus organizadores, de preparar melhor o próximo Congresso Internacional de Arquitetos, previsto para outubro. De 25 a 30 de setembro, cerca de mil arquitetos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile estarão em Curitiba para analisar, discutir e propor soluções para diversos setores da comunidade ligados à arquitetura. Os nove itens de estudos estabelecidos pela Federação Panamericana de Associações de Arquitetos para suas quatro Regionais ficaram assim distribuídos neste IV Encontro: **Brasil** — Exercício Profissional; Saúde e Educação; **Paraguai** — Habitação e Turismo; **Uruguai** — Desenvolvimento Urbano e Preservação do Patrimônio Histórico; **Argentina** — Formação Profissional e Difusão Profissional.

A participação dos arquitetos no Cone Sul dá-se de forma espontânea, a partir da inscrição e da opção por determinada comissão de trabalho. Assim, no caso brasileiro, o arquiteto filiado ao IAB, interessado em apresentar tese no setor de Saúde, Educação ou Exercício Profissional, deve procurar a entidade e efetuar sua inscrição. E mesmo os arquitetos que não participam do IAB podem, neste IV Encontro, apresentar teses dentro das comissões. O IAB/PR programou também, paralelamente às exposições de teses, uma série de conferências que serão apresentadas por arquitetos membros de cada delegação, nomeados por ela. Nesta fase de preparação do Encontro, os organizadores têm sentido certa dificuldade dada a "falta de colaboração dos outros departamentos estaduais do IAB".

As comissões deverão reunir-se no Hotel Iguaçu Campestre e as conferências estão programadas para o Colégio Bom Jesus, onde terão lugar a abertura e o encerramento do Encontro. Os estudantes, ao participarem das exposições de teses, têm direito ao debate, mas não ao voto. Cada comissão, em função do tema, visitará setores de Curitiba.

"É difícil reunir cinco países com condições distintas buscando o detalhamento da profissão do arquiteto" — comenta Paulo César Ramos Campos, presidente do IAB/PR. "É preciso" — diz ele — "analisar cada situação procurando saber se é possível uma receita para todos. Só o Encontro dirá se há uma participação comum para todos eles". E mesmo em se falando de Brasil, a situação do profissional é relativa ao Estado em que atua. Para ter-se uma visão real desse arquiteto, Paulo César acredita que, para bem situá-lo, o conferencista a falar sobre a questão deverá conhecê-la de forma global em todos os Estados.

Marginalização na A. L.

Em julho último, esteve em Curitiba, tratando da preparação do IV Encontro do Cone Sul, o secretário geral da Regional, Rodolfo Garcia Veia. Falando sobre alguns aspectos do Encontro, ele destacou a necessidade de se chegar, em reuniões, como a de setembro próximo, a propostas de soluções às questões que mais afligem a comunidade dos países participantes. "Se as soluções a problemas urbanos são políticas ou não, o importante é que venham a atender à população. Em Assunción ou Buenos Aires, por exemplo, as soluções até agora aplicadas são bastante precárias", comenta Garcia Veia. Mas até agora, após três Encontros, nada de concreto foi aproveitado pelos países do Cone Sul, apesar da FPPA contar com o apoio da OEA. A marginalização do arquiteto no processo de desenvolvimetno dos países latino-americanos é responsável por fatos como esse. Rodolfo, que é paraguaio, acredita que "a falta de informação de quem detém o poder de decisão quanto às atividades e potencial do arquiteto e a falta de autoconfiança do arquiteto latino-americano decorrente de sua formação profissional" concorrem fortemente para essa marginalização. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o arquiteto é aproveitado em diversos níveis de atuação, na América Latina, ao sair da Faculdade sem a devida preparação, ele vai atuar em funções menores, "especiamente no Paraguai, onde a formação equivale, apesar de ocorrer a nível universitário, à de um técnico de países mais desenvolvidos". Especificamente, no Paraguai, isto ocorre por carência de professores dada a baixa remuneração na universidade; falta de equipamento e de base de conhecimento dos estudantes.

Quando se pensa em planejamento urbano como atividade própria do arquiteto, Rodolfo Garcia Veia lembra a necessidade de se prover o estudante de arquitetura de conceituação teórica em todos os setores do conhecimento. "E mesmo uma equipe de urbanismo" — diz ele — "deve ser formada por profissionais da economia, sociologia, psicologia, enfim, dos vários níveis do conhecimento para que se tenha uma visão de todos os ângulos da problemática urbana que tem o homem como elemento de ação". Um exemplo claro da necessidade de se ter em conta o universo do homem seria um projeto implantado em Missouri, EUA, de habitação popular para atender a uma comunidade negra. "Em cinco anos, o conjunto estava em ruínas pela total ausência de conservação e pela aversão que os moradores sentiam pelas casas que lhes tinham sido impostas."

Os conjuntos habitacionais construídos no Brasil, pelo BNH, e no Paraguai, pelo Instituto de Vivienda e Urbanismo com verbas do BID, são considerados pelo arquiteto paraguaio como uma boa solução a nível imediato, mas que a longo prazo mostra-se negativa. "A necessidade de uma moradia econômica que impulsiona a soluções como essas torna monótona a paisagem, refletindo no comportamento e na cultura de um povo."

A experiência brasileira em urbanismo, habitação em massa, saúde, educação, formação e difusão profissional pode servir, segundo Rodolfo, para análise e guia aos países em etapas de desenvolvimento já superadas pelo Brasil. "A experiência brasileira" — afirma ele — "deve ser estudada". Esse intercâmbio de informações e propostas é uma das principais razões do Encontro de Arquitetos do Cone Sul. Se dele os países participantes não se utilizarem, aproveitando o que de positivo concluir, ao menos aos arquitetos servirá como conhecimento para aplicação no momento oportuno.

Os arquitetos e estudantes que quiserem participar devem entrar em contato com a Secretaria do Encontro, à Rua Estados Unidos, 1930, CEP 01427 (fones: 853-3748 ou 64-4596) — São Paulo; ou com o IAB/PR, à avenida Rio Branco, 63, conj. 605, CEP 80000, fone: 22-8457

Novo endereço do JORNAL ARQUITETO
Rua Herculano de Freitas, 249
01308 — Fone 256-2496

Uma associação que se propõe ser forum de debates sobre habitação

A Associação de Ciências da Habitação, entidade recém-constituída em São Paulo, está em plena atividade, tendo em sua Diretoria Fundadora o arquiteto Carlos Alberto de Abreu Maffei, pesquisador coordenador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; o arquiteto Eduardo Corona, professor titular da FAU/USP e presidente da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura; e o engenheiro Francisco Romeu Landi, professor livre-docente da Escola Politécnica da USP. A Associação nasceu da necessidade de reunir todos os profissionais que atuam, direta ou indiretamente, na área da habitação, independentemente da caracterização profissional.

"A habitação" — explica Maffei — "é um assunto inter e multidisciplinar. A troca de informações e experiências de profissionais dos mais diversos setores poderá dar-se dentro e através da Associação". Justificando sua criação, a Diretoria Fundadora afirma que, "acreditando na urgência da composição de todos os esforços e conhecimentos, a Associação Brasileira de Ciências da Habitação propõe-se a congregar todos aqueles que, independentemente de sua formação básica, se interessam pelo problema habitacional, visto através de qualquer prisma ou em qualquer escala. Através dessa congregação, espera-se, proporcionando o encontro de seus associados, estimular o aparecimento de novas idéias, a reformulação de conceitos, a avaliação do estado atual do conhecimento, com o fito de se achar soluções para esse problema maior brasileiro, e poder, eventualmente, contribuir para a sua solução em outros países".

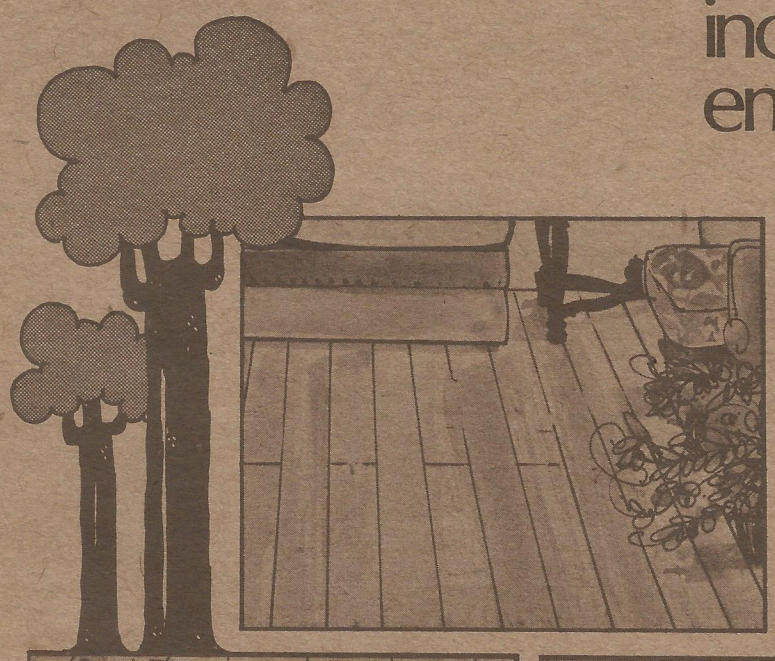
Carlos Maffei lembra que "existem uns 10 laboratórios trabalhando em Habitação em todo o País. Em São Paulo estão pelo menos três ou quatro. Em termos institucionais existe alguma ligação entre eles. O que não existe é o contato dos indivíduos, dos técnicos que trabalham nesse instituto de pesquisa. E parece claro que, com o enriquecimento desses técnicos, através de uma troca de informações a nível individual, a instituição também se enriquece". A Associação vem tornar esse forum de debates necessário à evolução do conhecimento no setor da Habitação.

A idéia fica mais clara na medida em que a entidade reconhece que "para atingir o objetivo de ser um grande forum da habitação brasileira, a Associação será aquilo que seus associados acharem que ela deve ser num determinado momento; portanto, todos seus associados deverão ser pessoas físicas, e a Associação não se vinculará em nenhum momento a qualquer outra instituição que tenha objetivos diferentes dos seus, da mesma forma que nunca aceitará qualquer contribuição que signifique compromisso de qualquer espécie que comprometa esse caráter de forum aberto e independente". É preciso que os profissionais que atuam em Habitação se conheçam mutuamente: "é freqüente termos conhecimentos comuns de pessoas ou fatos do exterior, mas muito pouco sabemos ou conhecemos de nós mesmos. Aumentar esse conhecimento é tarefa primeira da Associação".

Debatendo e Divulgando

No final de 78, a Associação de Ciências da Habitação deverá lançar a "Revista Brasileira de Habitação", com periodicidade trimestral. Os sócios da entidade receberão automaticamente a revista, embora sua circulação não deva restringir-se ao quadro social, sendo, porém, condição necessária que os articulistas pertençam a esse quadro social. Os artigos serão publicados após análise a ser feita pelo Conselho Editorial constituído por especialistas que, desde já, aguardam artigos para sua primeira edição. Basicamente, a "Revista Brasileira de Habitação" propõe-se a publicar assuntos de profundidade sobre todos os temas que interessam à habitação de teor técnico-científico. "E espera-se, principalmente, polemizar" — diz Maffei — "procurando debater também através da revista. Será um veículo, necessariamente dinâmico".

Já aprovado seu Estatuto Provisório e eleita a Diretoria Fundadora pela Assembléia de Fundação, realizada a 1.º de março último, a Associação pretende manter-se financeiramente com as taxas a serem cobradas dos associados. "Devemos solicitar apoio da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Cultura, que já se mostrou sensibilizada, e ainda pensamos contar, a princípio, com a colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo para a publicação da revista, que seria a parte mais onerosa", comenta Carlos Alberto Maffei.



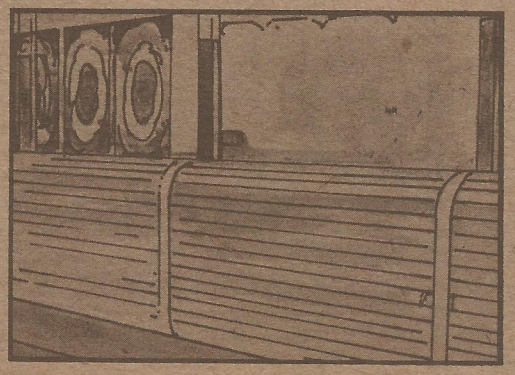
inclua um pouco de natureza em seus próximos projetos.

Nós somos contra a mudança.
Sempre que ela quebre o equilíbrio, torne-se agressiva, comprometa a calma e invada o abrigo, nós seremos contra.
Por isso, há 52 anos não a mudamos. Somente a tornamos acessível e funcional, porém, sem macular sua essência.
Em seu próximo projeto, dê lugar para a natureza.
Especifique produtos Brasília: Assoalho Flutuante, Parquet e Lambril.

Solicite catálogo e informações.

WO **WIEGANDO OLSEN S.A.** PARQUET Brasília

o máximo em madeiras nobres há mais de meio século
Rua Marechal Floriano Peixoto, 96 - 1º andar — Fone: (0412) 33-3511
Telex: 041-5164 — OLSE — BR — 80.000 Curitiba — Paraná



Urbanismo

As cidades crescem verticalmente, e a procura de novos instrumentos para o controle de uso do solo torna-se fundamental.

Controle do Uso do Solo: Equilíbrio entre Áreas Públicas e Privadas

Arq. **CLEMENTINA DE AMBROSIS**
Superintendente de Estudos e Pesquisas CEPAM

O controle do uso do solo assume grande importância no atual processo de urbanização. No início, as cidades crescem horizontalmente, através de loteamentos projetados com lotes destinados a receber uma casa cada um. A distribuição das atividades urbanas (moradia, transportes, trabalho, comércio etc.) é relativamente simples; cada um se localiza na cidade atendendo a seus interesses: comércio na parte central, indústrias junto às rodovias e rios etc. Com a continuidade desse processo, as atividades econômicas desenvolvem-se mais e há necessidade de mais espaço. **O solo bem localizado** (solo com rede de água, esgotos, transporte fácil, proximidade de escola etc.), isto é, o que preenche os interesses para morar bem e para o desenvolvimento das atividades econômicas, torna-se escasso. As várias atividades disputam o mesmo solo. Assim, o solo cresce de valor, torna-se um bem de mercado. Além de seu valor como área em metros quadrados, ele é acrescido de outro valor que se poderia chamar de valor de localização. Os terrenos próximos ao centro são bem mais caros do que os localizados na periferia das cidades, pois, ao contrário da agricultura, onde o solo vale pela sua capacidade de produção, o solo urbano vale pela sua localização.

Inicia-se uma reserva de **solo bem localizado** para futura valorização; a poupança é dirigida para aquisição desses terrenos. A cidade fica com uma grande percentagem de terrenos bem localizados e vagos aguardando valorização. O **solo bem localizado** torna-se economicamente inacessível a boa parte da população, que se vê obrigada a localizar-se na periferia, mesmo existindo terrenos vagos no centro. O Poder Público não consegue atender à demanda de rede de água, esgoto, transportes etc., devido à grande extensão da área com pouca ocupação. Inicia-se um círculo vicioso, que torna impossível o bom atendimento a toda a população.

Numa segunda fase, cresce a população, as atividades econômicas desenvolvem-se ainda mais, aumenta a disputa pelo **solo bem localizado.** Então as cidades começam a crescer verticalmente, aparecem prédios de vários andares. Ao valor da área em metros quadrados e ao valor de localização somase um valor dado pela potencialidade de construir verticalmente; um terreno, onde a legislação urbanística permite construir mais, adquire maior valor. Por outro lado, quando se constrói um prédio de vários andares sobre um lote, aumenta o número de pessoas que ali irá residir. Essas pessoas vão necessitar de mais ruas, praças, estacionamento, escolas etc. (áreas de uso público). Entretanto, a cidade foi pensada horizontalmente; as áreas destinadas a uso público pelos loteamentos foram dimensionadas para atender à população média de uma família por lote. No prédio de vários andares irão residir várias famílias e, conseqüentemente, a área de uso público torna-se insuficiente para o uso da nova população. Como é impossível — ou, pelo menos, muito caro — fazer vários andares de área de uso público (praça sobre praça, rua sobre rua etc.), o Poder Público é obrigado a utilizar a desapropriação para atender aos novos clientes, tendo que arcar com o pesado ônus que tal medida representa.

Face a este panorama das nossas cidades e a este processo de urbanização é que esta Fundação vem desenvolvendo estudos para revisão e aplicação de instrumentos eficientes de organização do solo urbano, os quais venham a ajudar o Poder Público na sua tarefa de diminuir os problemas criados pelo rápido crescimento das cidades.

Os instrumentos de controle da cidade horizontal — lei de loteamento, destinação de áreas de uso público por parte dos loteadores — estão razoavelmente estudados. A cidade vertical precisa de outros instrumentos. Usualmente, um dos instrumentos utilizados pelo Poder Público é a lei de zoneamento, pela qual, em função do desenvolvimento da cidade, se determinam usos permitidos e índices de ocupação do solo para cada área. Definem-se zonas onde o uso é preponderantemente comercial, ou industrial etc. Para controlar a densidade nessas zonas, usam-se os índices urbanísticos, entre eles o coeficiente de aproveitamento. Ele expressa a proporcionalidade entre área construída e área do terreno. Dizer que uma zona tenha coeficiente de aproveitamento 2 significa que, sobre os terrenos, pode-se construir edificações com áreas totais equivalentes a duas vezes a área do terreno. Numa zona onde o índice é 4, pode-se construir 4 vezes a área do terreno, e assim por diante. A legislação está permitindo construir mais em alguns locais da cidade do que em outros, o que ocasiona uma valorização maior de terrenos que possuem menos restrições. Além do valor adicionado pelo potencial de construção diferenciado, elevados coeficientes de aproveitamento levam a um aumento de demanda das áreas públicas: vias, praças, jardins, áreas para escolas, centros de saúde etc., devido ao conseqüente aumento de densidade.

Na procura de novos instrumentos para o controle de uso do solo na cidade vertical, chegou-se ao conceito de SOLO CRIADO. Este, de um ponto de vista prático, poderá ser considerado como a área construída que exceder uma certa proporção de área do terreno.

A partir desse conceito, os estudos da Fundação Faria Lima/CEPAM (1) propõem dois novos instrumentos de extrema importância para o controle de uso do solo: a) coeficiente de aproveitamento único; e b) transferência de direitos de construir.

a) **Coeficiente de aproveitamento único**

Trata-se da fixação de um mesmo e igual coeficiente para todos os terrenos num Município, numa região ou até mesmo num país. Este critério, antes de mais nada, estabelece que todos tenham iguais direitos de construir em seus terrenos. Nos locais da cidade onde é importante para a comunidade construir mais (no centro da cidade, junto a estações do metrô etc.), as leis de zoneamento permitirão coeficientes de aproveitamento mais altos; o proprietário poderá construir além do coeficiente único, desde que, de algum modo, compense ao Poder Público essa vantagem.

Exemplificando, imaginemos que o coeficiente único na cidade seja 1, e que um proprietário possui um terreno de 1000 m², na zona **X,** onde a lei de zoneamento permite coeficiente de aproveitamento 4. Se este proprietário construir um prédio de 1000 m², nada terá que compensar; porém, se ele construir 4000 m², atingindo o limite da lei de zoneamento, deverá contribuir com algo correspondente aos 3000 m² que excedem o coeficiente único.

A título de maior esclarecimento, pode-se dar como exemplo a proposta feita pela Prefeitura de São Bernardo do Campo - SP a um proprietário, que deveria doar uma área, para uso de lazer, equivalente, em metragem, ao correspondente a aproximadamente 50% da área que excedesse o coeficiente único. O proprietário poderia também dar o equivalente em dinheiro, que seria depositado no Fundo de Áreas Verdes, criado pela Prefeitura. Isso significa que aquela população, habitante do solo criado, teria garantido seu espaço para praças, escolas etc.

É importante frisar que toda a problemática do espaço urbano reside, em grande parte, na proporção entre espaço público e privado. Uma proporção equilibrada entre áreas úteis às atividades privadas e às áreas de circulação e de equipamentos públicos (escolas, praças, centros de saúde etc.) de uso comum. Essa proporção diminui na medida em que a cidade cresce verticalmente, pois, em cima dos lotes planejados para uma residência, constroem-se prédios que comportam várias delas, no entanto, as vias e as praças não aumentam.

Seria, pois, absolutamente justo que aqueles que se dispusessem a construir em altura fossem obrigados a reequilibrar a proporção entre áreas públicas e áreas privadas, mediante doações de áreas ao Poder Público. É paradoxal, aliás, que usualmente a legislação do loteamento exija dos empreendedores a destinação de áreas para ruas, espaços livres etc. Mais ainda, a tendência é exigir a implantação de equipamentos, água, luz, pavimentação etc., do criador de espaços construídos; no entanto, nada é exigido. Todos os encargos recaem até agora sobre o Poder Público.

(1) **O Solo Criado e a Carta do Embu,** Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal — São Paulo, 1977.

b) **A transferência do direito de construir**

Essa transferência não é propriamente novidade. Nos Estados Unidos, ela já vem sendo usada. Recentemente, no Plano de Chicago, o Prof. John J. Costonis (2) propôs esta alternativa para conservação do patrimônio histórico. Naquela cidade, por exemplo, estava-se pretendendo demolir o prédio histórico da Faculdade de Arquitetura para construir edifícios de grande altura no local, pois a legislação permitia isso e seria muito mais rendoso. Permitiu-se, então, que o proprietário vendesse o seu direito de construir sobre o lote da Faculdade para o lote de outro proprietário, a fim de que este construísse mais que o consentido. Desse modo, o primeiro proprietário obteve os mesmos recursos com a venda do direito de construir do que construindo um novo prédio, e a Faculdade foi preservada.

Vejamos o que aconteceria com sua aplicação numa cidade onde o coeficiente de aproveitamento único fosse 1 (um). O plano da cidade, através da lei de zoneamento, determina uma zona de ocupação rarefeita junto aos rios e mananciais (coeficiente de aproveitamento 0,1), uma zona central de grande densidade (coeficiente de aproveitamento 4) e uma área histórica que se queria preservar dentro da área do centro. O proprietário que possui terreno na área dos mananciais (coeficiente de aproveitamento — 0,1), tendo construído o permitido pela legislação, venderia ao Poder Público os restantes 0,9 de direito de construir. O mesmo faria o proprietário do prédio histórico no centro; imaginando que o prédio ocupasse 0,05, ele venderia ao Poder Público os 0,95 não utilizados. O proprietário de um terreno no centro, que quisesse atingir o coeficiente 4, teria que comprar do Poder Público o direito de construir. Nenhum proprietário ficaria prejudicado e os mananciais e os prédios históricos ficariam preservados.

O primeiro documento publicado sobre o SOLO CRIADO foi lançado em setembro de 1975, pela Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. Em novembro de 1975, foi apresentado no Simpósio sobre Política Urbana, promovido pela Fundação Milton Campos, tendo sido proposto para as áreas metropolitanas de grandes cidades do País.

Em março de 1976, a tese do solo criado foi proposta pelo Prefeito de São Paulo, no XX Congresso Estadual de Municípios, configurando assim a tomada de posição de um Executivo Municipal com vista à adoção e aplicação deste instrumento de planejamento urbano. Em junho de 1976, no Seminário "O Solo Criado", promovido pela Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, em São Paulo, o IAB de São Paulo apresentou sua adesão à tese do solo criado no manifesto "Posição dos arquitetos paulistas face aos novos dispositivos de controle urbanístico apresentados na tese Solo Criado". Em dezembro de 1976, a Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal realizou seminário técnico sobre **Aspectos Jurídicos do Solo Criado** do qual resultou a Carta do Embu. Finalmente, este instrumento encontra-se contemplado no anteprojeto de lei federal (publicado no Jornal da Tarde em 24/5/77).

Como colaboração, essa Fundação sugeriu que neste anteprojeto a inclusão dos instrumentos baseados no SOLO CRIADO se desse da seguinte forma:

Artigo 1.º — O proprietário do imóvel, inclusive o Poder Público, tem o direito de construir em seu terreno, no máximo, área equivalente à do lote.

Artigo 2.º — O proprietário de imóvel urbano poderá transferir, gratuita ou onerosamente, o seu direito de construir, no limite definido no artigo anterior, para outro imóvel, respeitadas as disposições da lei de zoneamento do Município.

§ 1.º — O adquirente do direito transferido nos termos deste artigo poderá incorporá-lo ao imóvel de sua propriedade quando este esteja situado em zona urbana, em relação à qual a legislação municipal de uso e ocupação do solo permita a construção em área superior ao coeficiente de aproveitamento 1,0 (um).

§ 2.º — O Município só poderá transferir o direito de construir sobre áreas disponíveis de seu domínio até o limite estabelecido no artigo anterior.

§ 3.º — As transferências do direito de construir definidas neste artigo **serão formalizadas por escritura pública e inscrição no registro imobiliário de ambos os imóveis, cedente e cessionário,** inclusive na hipótese de aquisição do Poder Público.

§ 4.º — A transferência do direito de construir por parte do Poder Público será sempre onerosa, no valor de mercado.

§ 5.º — A União e o Estado poderão transferir o direito de construir de imóveis de sua propriedade, inclusive de parques e reservas urbanas, obedecidas as disposições constantes dos artigos anteriores.

§ 6.º — No caso de imóvel tombado pelo Poder Público, o proprietário sempre poderá alienar o direito de construir correspondente a uma vez a área de seu terreno.

Entendemos, pois, que a utilização do coeficiente de aproveitamento único e da transferência dos direitos de construir levará a um melhor equilíbrio entre as áreas públicas e as áreas privadas das nossas cidades.

(2) Costonis, John J. — **Space Adrift.** Chicago.

Pisos e revestimentos acrílicos Vulcan. Um pouco de coerência nunca fez mal a ninguém.

Antes da Vulcan colocar no mercado seus pisos e revestimentos de parede Vulcatex, eles passaram pelos testes mais rigorosos. De abrasão, impactos, manchas, umidade, estabilidade, rasgo, envelhecimento.

E foram aprovados em todos com louvor. Inclusive no teste de beleza e versatilidade.

Para cada aplicação a Vulcan tem um piso e um revestimento diferente, que varia em espessura, preço, padrão e composição química.

Tudo muito bem estudado para oferecer aos arquitetos e construtores o maior número de opções, qualquer que seja o ambiente.

Entre em contato com a Vulcan e conheça os nossos catálogos.

Vulcapiso Terrazzo e Mármore, Vical, Vinalite, Pisofort, Vulcatex.

VULCAN

domoplast®

domos em acrílico
e fiberglass.
para maior aproveitamento
e uniformidade na
distribuição da luz do dia.

Domoplast Indústria e Comércio Ltda.
Rua Bruno Spinosa, 175
Vila Nogueira/Diadema
Telefones 445-1401/445-1455
Vendas: telefone 276-7118
São Paulo

Representantes

Joel Alves
R. Evaristo da Veiga, 16 - Gr. 1406
Telefones: 224-7166 261-0915
Rio de Janeiro

Sgrillo, Araujo e Cia. Ltda.
Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 9.º andar/salas 96/97
Telefone 24-4288
Porto Alegre

O ARQUITETO publicará, no próximo número, um balanço da reunião de Natal e dos debates que estão se realizando no IAB paulista

Manifestação dos Arquitetos Frente ao Momento Nacional

O modelo concentrador de capital tendo como um dos dados fundamentais do seu incremento o maciço ingresso de capitais e tecnologias estrangeiras, orientado para as áreas e setores mais desenvolvidos do país, acelerou substancialmente a migração para as grandes aglomerações urbanas, gerando necessidades básicas de habitação, transporte, saneamento, ensino, trabalho e outras, que constituem direitos elementares da população, numa escala até então ignorada.

Para garantir o modelo concentrador foram eliminados os dispositivos democráticos vigentes, foi cerceado o debate, levando o plano das discussões a uma centralização que excluiu a participação da população, dos profissionais e das entidades, colocando o município — base do sistema federativo — numa condição de total dependência do poder central.

A luta contra a situação, gerada pelo modelo político econômico, é ampliada neste momento pela insatisfação de amplos setores da nossa população conclamando a sociedade civil a discutir seus problemas.

O debate realizado até agora já permitiu a todos fazerem importantes constatações. Com efeito, já se coloca em questão a qualidade alienante e dispersiva do ensino universitário em geral e da arquitetura em particular. Percebe-se que a situação atual da maioria dos arquitetos está estreitamente relacionada com a dos demais profissionais e é reflexo da própria condição de vida de toda a população brasileira.

Permitiu ainda que em reuniões anteriores, como na de janeiro de 1978, os arquitetos identificassem que "as perspectivas históricas do país nesta hora reclamam da nossa organização um posicionamento prático e claro que retrate o nosso conceito de arquitetura com toda a profundidade de sua dimensão social e cultural e que torne clara a unidade indissolúvel existente entre o futuro da nossa profissão e o futuro da sociedade brasileira".

O quadro social, econômico, político e institucional já referido tende a persistir. Diante disso, cabe aos arquitetos definir seu papel, juntamente com todos os setores da Nação, interessados em profundas transformações do quadro atual. Isto exige o aprofundamento crítico-e-participativo da classe.

O Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil — IAB, em julho de 1978, reunido na cidade de Natal-RN. refletindo o momento nacional e representando os arquitetos brasileiros, após debatidos aspectos que envolvem a categoria, considera como fundamentais para a modificação do atual quadro político brasileiro lutar:

- **pelo Estabelecimento da Democracia**

Entendida como o conjunto de pressupostos em que fique clara a revogação de todos os instrumentos de exceção, sem '"salva-guardas", liberdade de associação em todos os níveis, proclamação da anistia total e irrestrita, bem como a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita.

- **pela Autonomia Nacional**

Consubstanciada no desenvolvimento autônomo do país, mediante a eliminação dos mecanismos de dependência econômica que vêm violentando nosso patrimônio natural e cultural.

- **pela Redistribuição da Renda**

Caracterizada pela garantia da oportunidade de trabalho com justa remuneração, que permita ao povo um grau de satisfação e conforto compatíveis com a condição humana.

Estes postulados de caráter geral, em que se engajam os arquitetos enquanto cidadãos e através de sua entidade representativa, estão intrinsecamente relacionados com as reivindicações específicas que, no universo próprio da nossa profissão, devem ser firmemente levantadas.

1. A defesa da aplicação dos investimentos públicos baseados na definição das reais necessidades e prioridades no interesse da comunidade, com vistas ao estabelecimento de oportunidades de trabalho e condições de vida equânimes em todas as regiões do país.

2. A defesa do exercício pleno da profissão, caracterizada na luta para que as atribuições inerentes à arquitetura na organização do espaço habitado brasileiro sejam de exclusividade dos arquitetos.

3. A defesa das entidades da categoria dentro duma perspectiva de atuação independente e em consonância com as posições adotadas pela classe operária e outros setores da sociedade brasileira, pela estabelecimento urgente das liberdades e autonomia sindical.

4. A defesa de uma adequada formação profissional, baseada nas raízes históricas e culturais da nossa formação como povo e voltada para a superação das necessidades nacionais e regionais da arquitetura e do urbanismo.

5. A defesa pela redifinição do estatuto da propriedade da terra visando combater os entraves gerados pela especulação imobiliária, para que o planejamento voltado para os interesses comunitários seja possível.

Para responder a esses compromissos há que estimular o debate em nossa entidade visando a um posicionamento crítico com efetiva participação dos associados, ampliando o diálogo com a comunidade de forma a viabilizar, de acordo com a situação local de cada região, a defesa conseqüente desses objetivos de luta.

Documento paulista propõe debate

No momento político atual, quando amplas camadas de trabalhadores, empresários e estudantes participam do debate sobre os rumos da sociedade brasileira, várias categorias profissionais vêm buscando analisar criticamente o trabalho que exercem, seus principais problemas e perspectivas de atuação. Essa discussão é fundamental, pois, a cada dia e sob as mais distintas formas, ampliam-se as exigências de posicionamentos políticos das categorias e suas entidades representativas.

O Instituto dos Arquitetos do Brasil tem, historicamente, se manifestado sobre temas específicos da categoria e sobre questões de interesse nacional. Agora, por decisão tomada no último encontro de seu Conselho Superior, realizado de 25 a 30 de julho, em Natal, todos os departamentos da entidade devem debater e fornecer subsídios para o documento "O Arquiteto e o Momento Nacional", cujo esboço foi elaborado pelo IAB-SP.

Em Assembléia Extraordinária realizada a 22 de junho na sede do IAB-SP, foram levantadas diversas questões que deveriam fazer parte desse documento e eleita uma comissão para elaborar uma minuta. Paulo Bastos, vice-presidente do Departamento, explica que o esboço compõe-se de três partes: "A primeira é uma análise, onde procuramos posicionar-nos, levando em conta as opiniões com relação ao que tem sido e como se transformou a profissão do arquiteto e seu campo de trabalho. A segunda parte, por tópicos, procura levantar aspectos atuais da problemática que estamos vivendo. E a terceira, busca, desse conjunto de questões que tentamos analisar, tirar quais seriam as diretrizes de nossa política profissional, abrindo, numa listagem sem ordem de importância, uma série de aspectos que, em fase do posicionamento político que se venha a tomar, deveria merecer a abordagem da entidade e da própria categoria".

No dia 18 de julho último, a comissão apresentou à nova Assembléia Extraordinária o resultado de seu trabalho. Com amplo comparecimento na sede do IAB-SP, o esboço foi enriquecido por vários posicionamentos surgidos durante o debate. Tanto o texto-base como as colocações feitas na Assembléia foram apresentados e discutidos no encontro do Cosu, em Natal, sendo que alguns tópicos passaram a fazer parte da "Carta de Natal", documento conclusivo da reunião.

Agora, é necessário que cada um dos Departamentos promova amplos debates sobre "O Arquiteto e o Momento Nacional", para que, no próximo encontro do Cosu, se consiga chegar a um posicionamento realmente nacional da categoria, que reflita as distintas realidades regionais.

Debate

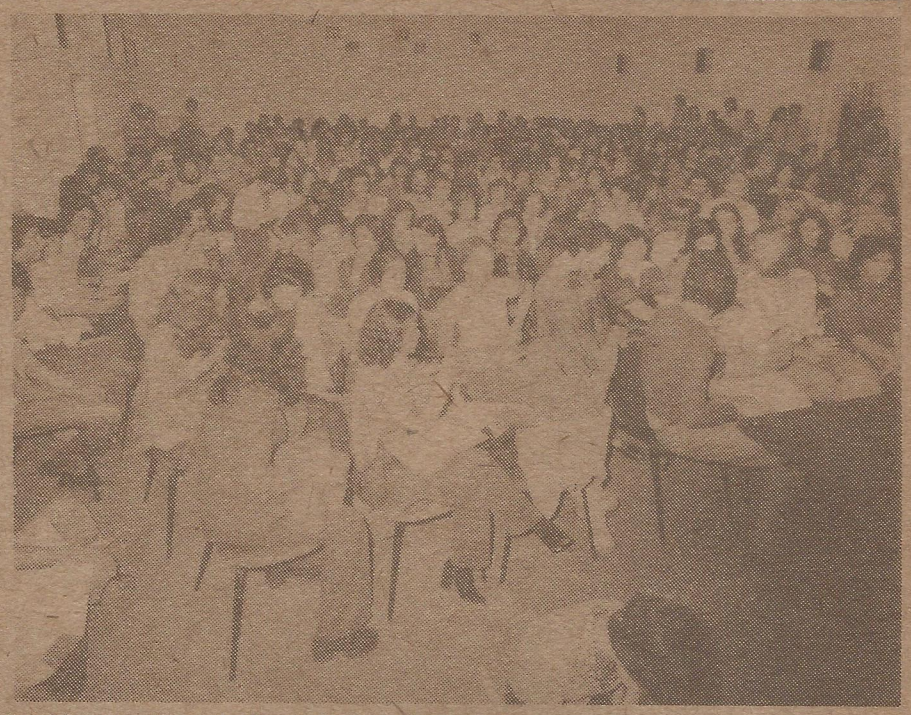
Neste número iniciamos a publicação de alguns dos debates que mais despertaram a atenção dos arquitetos na reunião da SBPC. No próximo tem mais.

SBPC: O Arquiteto e o Momento Nacional

"O Arquiteto e o Momento Nacional" foi o tema que, no dia 10 de junho último, abriu uma série de conferências e mesas redondas na Cidade Universitária durante a 30.ª Reunião Anual da SBPC. Convidados, os arquitetos Pedro Taddei, presidente do IAB/SP que coordenou o encontro; Demétrio Ribeiro, presidente nacional do IAB; Jon Maitrejean, presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo; e Clóvis Ingenfritz, presidente do Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul.

A princípio, ficou claro, para os arquitetos, que a categoria está confiante na abertura democrática que se processa hoje no País. "Os arquitetos só poderão reivindicar na medida em que o País retornar à normalidade democrática", afirmou Demétrio Ribeiro que conclama todos os setores a uma união nacional em torno da questão. Para ele, "a defesa de nossos recursos técnicos em função de um maior aproveitamento de nossa mão-de-obra tornará a categoria que hoje se encontra alijada do centro de decisões econômicas do País atuante e operante".

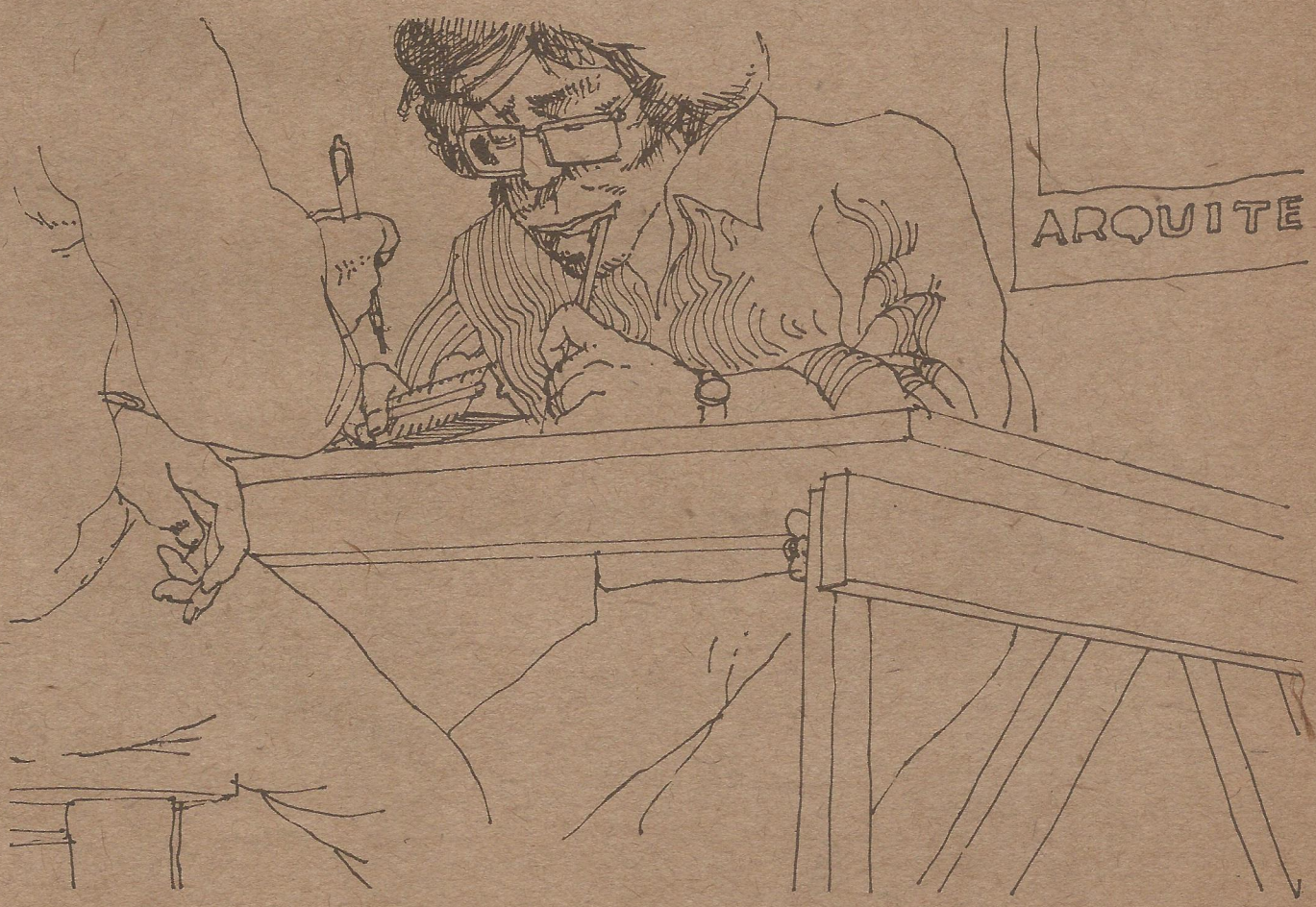
"Há dois anos não poderíamos estar aqui, reunidos como agora. Notar isto, porém, não é o suficiente." Segundo Clóvis Ingenfritz, muito se tem falado em modelos democráticos alternativos e poucos têm-se preocupado com a grande camada da população que vive a miséria e a opressão. "Por outro lado, o arquiteto é ainda um desconhecido da maioria da população quando apenas uma elite conhece suas funções de profissional. E não só conhece como também se utiliza da força de trabalho do arquiteto", lembrou Ingenfritz.



Jon Maitrejean marcou sua presença na mesa redonda abordando a situação sindical vigente no país, inspirada na "Carta del Lavoro" promulgada por Mussolini em 1927. E nesses 40 anos nada mudou o que faz com que a luta dos arquitetos por meio do sindicato encontre o autoritarismo sindical como maior empecilho.

"É necessário que os arquitetos se unam em favor de um sindicalismo livre, independente do Estado, para que tenham a oportunidade de reivindicar de forma prática."

Pedro Taddei acredita que "precisamos abrir mão dos falsos problemas como a qualidade de ensino e mercado de trabalho pois o governo se utiliza desse tipo de dado para justificar-se". Segundo Taddei, os movimentos realmente significativos que deverão por fim a essa situação são os movimentos efetivamente políticos.



Planejamento Urbano como Processo Político

Werneck
Bolívar Lamounier
Maria Brasileiro
Luis Gama Andrade

"O Planejamento é um processo político onde vários níveis de interesses estão em jogo. Há os interesses da indústria, do setor agrícola, interesses primários de exploração mineral, interesses e necessidades da população que despende na aquisição dos bens produzidos" — Acácio D'Angelo Werneck falando sobre "O Planejamento Metropolitano enquanto Processo Político" partiu das conceituações mais simples de Planejamento para concluir os vários tipos de interesses que norteiam a ação numa metrópole que, para ele, é "um 'locus' sócio-econômico bastante complexo economicamente desde os setores produtivos existentes até as profundas diferenças de renda na sociedade".

"Na metrópole brasileira" — diz ele — "há o poder da União, do Estado e do Município acumulando-se, enquanto questões setoriais se conflitam em detrimento da população". Nesse emaranhado de poderes é preciso atentar para o fato do que seja planejar: "Planejar é escolher, optar por soluções que implicam interesses, muitas vezes somados." Mas segundo Werneck a complexidade de interesses em jogo torna ainda mais complicado o planejamento metropolitano. "Prever para prover" é um processo político que vai suprir mais, ou menos, as necessidades e interesses em questão. "Se planejar na metrópole é processo político" — destaca Werneck — "é preciso definir de que forma devemos engajar-nos numa luta que dê equilíbrio aos interesses dos produtores e consumidores".

Luis Henrique Gama Andrade partiu para uma análise do porquê de uma não-política metropolitana. "A política metropolitana, quando surgiu no País, pretendia criar um foco espacial a partir do qual se pensaria cidades. Uma área com diversidade de interesses públicos e problemas. Essa diversidade de ângulos frustrou essa política.

O que se tem hoje é uma inércia apesar de, eventualmente, um outro documento tornar-se algo concreto e positivo."

Luis Gama cita como exemplo de uma política de planejamento que tem em vista o retorno financeiro, o caso do BNH. "O BNH criou um território do qual será difícil ser desalojado. O importante não é o que ele faz, mas a exportação de um certo modelo empresarial para áreas conexas, comandando a política de águas e esgotos, ditando uma política de economia privada, decidindo os investimentos à lógica do retorno."

O que existe, segundo Luis Gama, "é uma política metropolitana como uma vitrine de política. Há uma não-política, que é a política do não fazer nada, é o **status quo**".

Foi Maria Brasileiro quem se aprofundou no tema, lembrando, a princípio, que, "quando água e esgoto eram serviços providos pelos municípios, as tarifas eram mais baixas e o município era deficitário". Então, o que ocorre?

A Região Metropolitana, quando foi criada, já existia a nível real de população. "Parece que o Estado decidiu por marcar sua presença a partir do fato que os municípios tinham receitas desiguais, dividindo o poder nessa região. Em conseqüência, os municípios deixaram de prover necessidade do tipo redes e transportes passando a atender aos interesses dos equipamentos produtivos e não dos consumidores. A intenção da lei era organizar o espaço. Mas seria essa a necessidade de organizar a Região Metropolitana? O plano não se reproduziu na realidade, gerando uma complexidade de órgãos do Estado para gerir o planejamento. Os interesses vitoriosos são os da classe dominante, mostra a prática."

Autonomia municipal

Nesse ponto, Maria Brasileiro toca uma questão fundamental: a fragilidade da autonomia do município. "Temos de um lado a centralização do poder no governo federal, e de outro, a autonomia municipal quando confrontada com a Região Metropolitana controlada por empresas privadas. A lei reproduziu a ambigüidade que marca a instituição do Estado. Essa ambigüidade serve para acomodar certos interesses conflitantes oriundos da classe dominante. Na verdade, a autonomia dos municípios é frágil dentro dessa situação, desde a nomeação de prefeitos até a rigidez exercida na prestação de contas. Apesar disso, o município tem obtido certa autonomia já que atende a questões básicas como a manutenção do regime político. Há um sério conflito baseado no fato de a União não se dispor a abrir mão dos recursos provenientes dos municípios. Ao dono do poder interessa a integração; ao outro é melhor a ampliação da área de atrito que se diluiria na integração. O planejamento ficou circunscrito ao aparelho de Estado, enquanto o município tem sua autonomia legal limitada." E fica uma pergunta de Maria Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal:

"Qual seria o papel desses municípios na Região Metropolitana, como veiculadores de interesses que são?"

"Num regime autoritário, o planejamento é sinônimo de burocracia, suporte do regime autoritário", afirma Bolívar Lamounier. "Sobre o manto da tecnocracia fez-se atos políticos e não técnicos. A política passou a ser vista como o reino da criatividade e de tudo o que produz o bem. Criamos um conceito de que o **bem** é a **política** e o **mal** é o **planejamento.** Ambos se misturam, estão vinculados. Muitos dos nossos grandes técnicos prestaram-se a políticas não muito recomendáveis. Em regime autoritário não há planejamento. A essência do planejamento, quando existe, é a coerção que exige respaldo político, de força. Tudo o que o planejamento pode produzir de bom só existirá quando for respaldado por forças políticas amplas, de opinião pública. Planejar hoje, não interessa aos detentores do poder. O mais importante é desenvolver instrumentos de representatividade política porque o planejamento é bom, é sistematizar a coerência do espaço a domínios novos. Através da idéia de planejamento é possível criar objetos de decisão", concluiu Lamounier.

O papel da renda da terra no padrão de crescimento das grandes metrópoles

Paul Singer
Gabriel Bolaffi
Rodrigo Lefevre
Sérgio Ferro

"O Papel da Renda da Terra no Padrão de Crescimento das Grandes Metrópoles" foi o tema da mais concorrida mesa-redonda na área de Arquitetura e Urbanismo apresentada na 30.ª Reunião Anual da SBPC. No anfiteatro da FAU/USP reuniram-se mais de 500 pessoas para ouvir as exposições de Gabriel Bolaffi (USP); Rodrigo Lefevre (USP); Paul Singer (PUC/SP); e Sérgio Ferro (Universitè de Grenoble).

Bolaffi, coordenador da mesa, iniciou sua palestra com algumas considerações de teor econômico para, em seguida, refletir em cima das reformas executadas em Paris a partir de 1850.

"Se somos doutores em criar" — diz ele — "somos também doutores em engavetar planos. Se Brasília aconteceu foi por vontade do príncipe. Paris ilustra o contrário. Por isso estudei Paris, para saber o que permitiu essa identidade tão grande entre intenções e resultados". Num retrospecto histórico, ele lembra que Paris não foi planejada, tendo havido uma série de motivos para o início das reformas como a necessidade de segurança, num tempo agitado. Surgiram então os bulevares. A preocupação estratégica era então comum a todas as cidades européias. A questão econômica é destacada nesse quadro por Gabriel Bolaffi que vê, nos investimentos feitos em Paris, a abertura de condições para que Napoleão III atendesse a setores conflitantes da sociedade, dando-lhes um quinhão de todo o processo econômico.

"Do esquema de reformas da cidade" — lembra Bolaffi — "o capital financeiro se utilizou do acesso monopolístico à terra para aumentar sua participação no processo da mais valia". O que pode ser ilustrado com dados práticos: é possível traçar uma reta ascendente na variação de preços por metro quadrado de terreno entre 1860 e 1900. E enquanto o custo da terra aumentava o preço das mercadorias decrescia.

O lucro gerado por essa nova mercadoria torna-se enorme. O zoneamento, ainda que não conceituado como atualmente, se evidencia, passando Paris, de uma cidade aristocrática, para uma cidade burguesa. "É o que ocorre hoje em São Paulo, com características de segregação social muito grande e que procura reproduzir o ocorrido em Paris", diz Bolaffi. E a terra vai gerando uma nova fonte de renda. Os que tiveram, no período de reformas de Paris, acesso à compra de terrenos puderam beneficiar-se do lucro da nova mercadoria e se apropriar da mais valia gerada pelo sistema. "Novamente, é o que ocorre em São Paulo. A partir desse expediente, Napolieão III pôde contar com o apoio até para se manter no poder. Mas essa reforma urbana só foi possível pelas condições econômico-políticas existentes na época. Brasília ilustra essa hipótese: certas conjunturas econômico-políticas possibilitam certas reformas e o elemento multiplicador da rede de empregos e de setores se apropria de áreas da mais valia."

Um exemplo atual dessa "apropriação", segundo Gabriel Bolaffi, diz respeito à lei do imposto progressivo. "Há pessoas em São Paulo preocupadas em fazer passar essa lei e crêem que, com a arrecadação que irá recair sobre 45% dos terrenos de São Paulo, será possível ao governo subsidiar a habitação popular. Essas pessoas sabem que nada poderá assegurar se esses recursos terão mesmo o fim pretendido."

Ele lembra a ação do BNH que "há cerca de um ano não compromete um centavo em habitação de luxo ou popular. Qualquer coisa entre 40% ou 80% está sendo utilizada pelo Banco no financiamento do déficit interno do Governo com a compra das ORTNs".

O solo na economia capitalista

Paul Singer em seu trabalho sobre "O uso do solo urbano na economia capitalista" procura, inicialmente, mostrar que o "capital" imobiliário é um falso capital, na medida em que não constitui em si mesmo um meio de produção, sendo o espaço apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, inclusive da produção. "O 'capital' imobiliário é, portanto, um falso capital. Ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade", destaca Paul Singer. As inversões feitas em benfeitorias que atingem os imóveis fazem crer que o "valor" das terras resulta das inversões, o que não é verdade. "Para perceber isto, basta lembrar que imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes conforme sua localização."

"Convém observar que o 'valor' da propriedade imobiliária, na economia capitalista, não passa da renda, que ela proporciona, capitalizada a determinada taxa de juros."

O que determina a renda da terra urbana? Paul Singer defende que no mercado imobiliário, distintamente dos mercados de produtos do trabalho humano, a oferta de espaço não depende do preço corrente mas de outras circunstâncias. A busca de melhor localização por empresas, indivíduos ou entidades que atendam a necessidades de uso coletivo seria a primeira determinante. Essa "melhor localização" se prende a fatores de infra-estrutura, invariavelmente, e a condições especiais a cada tipo de setor. Assim, a pequena indústria requer acesso ao comércio; estabelecimentos comerciais precisam estar próximos aos seus competidores;

os "shopping centers" junto às zonas residenciais...

Conforme a localização as empresas têm custos diferentes. As mais bem localizadas terão sempre um lucro adicional ou superlucro em relação às outras de pior localização. Em função do local e da diferença de lucro temos a **renda diferencial** do solo.

"Como todo espaço urbano é propriedade privada (com exceções cabíveis), mesmo a pior localização tem que ser comprada ou alugada. O seu aluguel constitui a **renda absoluta**, sendo sua altura determinada, em última análise, pela margem existente entre o preço de mercado dos produtos da empresa que utiliza esta localização e o seu preço de produção." Há ainda um terceiro tipo de renda da terra urbana que é a **renda de monopólio** decorrente da existência de localizações que conferem aos que ocupam o monopólio de fornecimento de determinadas mercadorias. Como exemplo, os bares e restaurantes localizados em escolas, clubes, estádios de esportes, aeroportos e "shopping centers".

"Poder-se-ia supor" — diz Paul Singer — "que a renda de monopólio é apenas um caso extremo da renda diferencial mas há uma diferença essencial entre elas. A renda diferencial é auferida quando as empresas que a pagam se encontram em mercados competitivos sem que os produtos por elas vendidos sofram qualquer majoração em seus preços. A renda monopólica porém surge do fato de que a localização privilegiada da empresa lhe permite cobrar preços acima dos que a concorrência normalmente forma no resto do mercado".

"Infra-estrutura, serviços urbanos e prestígio social pela vizinhança são fatores que determinam a demanda de solo urbano para fins de habitação em função de vantagens locacionais. A renda paga pelos indivíduos depende de sua quantidade, da repartição da renda pessoal e de necessidades míticas que a própria promoção imobiliária cria."

O trabalho elaborado por Paul Singer segue analisando aspectos como a estruturação do solo urbano, o Estado e o uso do solo urbano. Durante a mesa-rendonda ele expôs essa parte inicial do trabalho, e concluiu destacando não haver relação necessária entre o investimento público e o custo da terra. "O valor do solo urbano é dado pela demanda. Nada diz que a valorização de uma área deve ser proporcional aos benefícios públicos proporcionados. O que eleva o valor do solo é a existência de uma população que se propõe a pagar por ela. Na sociedade capitalista, o Estado, ao se encarregar dos bens públicos, cria a apropriação desses bens pela especulação imobiliária."

Terra capital

A exposição feita por Rodrigo Lefevre marcou-se essencialmente pela afirmação de que a inversão pública em benefícios transfere valor ao solo urbano. Ele começa por definir, a partir de Karl Marx, a terra Capital. "Na cidade, inúmeras formas de uso do terreno fazem

dele capital. Terra capital é a terra agrícola em que houve inversão de capital que fica na terra. Depois que o arrendatário beneficiou a terra, o proprietário vai arrecadar os juros dos benefícios implantados." Utilizando-se de uma comparação simbólica, Lefevre diz que o fato de beneficiar uma pedra é igual ao arruamento de um terreno. O terreno não sai do lugar, a pedra sim. O capital industrial faz as transformações na pedra; o capital público e privado alteram o terreno.

"As empresas de serviços públicos, como água e luz, não chegam a realizar a mais valia produzida que é complementada pelo proprietário do solo. Juntas, elas criam a renda da terra. O proprietário vende a terra capital, apesar de nada ter empregado nela, e lucra." Essa visão de Rodrigo Lefevre envoveu os debates que se seguiram à exposição de Sérgio Ferro. Paul Singer e Lefevre debateram incansavelmente a questão da transferência de valor da inversão pública.

A imagem da mais valia

"Os arquitetos ao trabalharem em papel milimetrado têm que introduzir a coesão, separando do campo homogeneizado uma visão sua de coisa individualizada, separada das outras." Sérgio Ferro vai raciocinando em cima da atividade do arquiteto, da arquitetura e da construção como fenômeno econômico. "Na produção capitalista a mais valia passa a ser o pólo. Na produção do valor de troca, os ateliers não têm por que parar; o ideal no capitalismo é 24 horas por dia sem parar. O arquiteto tem que introduzir um corte na produção para definir o que será vendável no mercado. Reunir e ao mesmo tempo cortar produzem as caixinhas no espaço que é São Paulo. Milhares de volumes primários simples."

"A propriedade do solo tem regimes diferentes. Na medida em que a concorrência é enorme, é preciso que cada prédio se feche o mais possível: cilindro, cone, retângulo, formas simples. Isso vai forçar a horizontalidade, o que obrigará a produção da infra-estrutura. Os operários da construção civil são também os dos serviços urbanos. Na França, são eles os mais explorados, mais que os da construção propriamente dita."

Para Sérgio Ferro, se a produção da mais valia na construção civil é enorme, alimentando os vários setores, espalhando-se por todo sistema para não deixar cair a taxa de lucro, a exploração dos operários da infra-estrutura é ainda superior. "A centralização da construção deixa no ar a mais valia, sua parte mais pesada que será assimilada pela renda da terra. Esta vem como uma antecipação da construção civil que será adquirida pelo proprietário do terreno antes da edificação."

Sérgio Ferro termina sua exposição propondo aproximação da questão da forma e desenho à renda da terra.

Debates

Juarez Lopes manifestou-se no tempo concedido ao plenário para debates, destacando que o lucro extraordinário assume o papel de renda diferencial, pois exige um processo político administrativo. "E quem tem acesso ao processo da renda da terra?" — questiona ele. "O próprio planejamento, o zoneamento, inversões privadas e públicas. Este lucro, que surge maior na periferia, é salto entre o da cidade e o da periferia. O jogo é fazer a terra ganhar categoria produzindo a renda. O lucro extraordinário, já citado por Marx, parece extremamente importante. Quem comprou terra em Interlagos e vai construir apartamentos repassa o preço. Quem adquirir agora não terá o mesmo lucro. Os diferenciais são assumidos pelas empresas e não pelos consumidores. Paulo Sérgio de Souza e Silva dirigiu-se a Sérgio Ferro numa colocação decorrente da conferência feita por Sérgio na noite anterior à mesa-redonda. "Isto é um desabafo de quem desenha" — disse ele. "O momento está exigindo de nós uma participação mais efetiva. Não é o desenho que nos limita. É o que está aí. O ângulo reto pode ser uma questão a protelar." Em sua resposta, Sérgio Ferro afirmou que "o elemento mais simples da exploração do operário é o ângulo reto. Nossa posição, se considerarmos a construção civil, é peça fundamental na atual situação do operário. Não é uma questão de ângulo reto, mas de repensar nossa posição hoje". Em seguida, voltou ao tema do debate dizendo que "se o salário do trabalhador é baixo, aumenta a mais valia, e assim o proprietário vai utilizar-se disso, favorecendo a situação interna da empresa. A apropriação de um bem pela empresa faz-se integrada à produção. Tanto a autoconstrução como as economias externas são formas de inversão para a apropriação da mais valia.

Arquitetura Brasileira após Brasília / Depoimentos

Cr$ 120,00	Luiz Paulo Conde Julio Katinsky Miguel Alves Pereira
ESGOTADO	Edgar Graeff Flavio Marinho Rêgo Joaquim Guedes João Filgueiras Lima
No prelo	Carlos M. Fayet F. Assis Reis Marcelo Fragelli Rui Ohtake

Debate

Ideologia e Produção Arquitetônica

Ermínia Maricato
Mayumi Souza Lima
Edmilson Carvalho
Nelson Souza

Na mesa redonda composta por Ermínia Maricato (USP), Mayumi Souza Lima (CONESP), Nelson de Souza (IAB/RS) e Edmilson Carvalho (IAB/BA) tratou-se do tema "Ideologia e Produção da Arquitetura Brasileira". Ermínia Maricato, abordando "arquitetura e as camadas populares — crescimento urbano e a proletarização do espaço", optou por situar o arquiteto na história política do país.

Ela lembra que na década de 50, o arquiteto se vê comprometido com o populismo e com o desenvolvimento Juscelinista. Nas obras, projetos e monumentos, acreditava-se estar a projeção de uma nova era. Buscava-se as raízes, a cultura popular. E quem o fazia era uma vanguarda pequena-burguesa formada por intelectuais e da qual os arquitetos faziam parte.

"Existiram alternativas para pensar a arquitetura no Brasil surgidas nos anos próximos a 64 e 68. A preocupação com a democratização do trabalho do arquiteto era extensiva a muitos profissionais. A segunda tentativa de discussão acerca das alternativas de rumo para a arquitetura no Brasil foi bastante centrada nas universidades. Mas não passou de um momento. A uma abertura estonteante de perspectivas seguiu-se o silêncio de morte."

A partir daí, nenhuma alternativa se desenvolve de forma significativa nem chega a amadurecer. A "escola brasileira de arquitetura", corrente mais organizada de arquitetos, também não resistiu à fragmentação que se seguiu, na Universidade e nos setores profissionais. Após 60, a produção arquitetônica, o ensino nas Universidades e o desenho das cidades brasileiras foi ditado pelas condições econômico-políticas que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo no país nos últimos 15 anos.

"A ambigüidade do populismo desapareceu, e, com isso, a arquitetura "oficial" assume claramente seu papel ideológico: reafirmar sem máscaras o poder, agora autoritário." Ermínia Maricato cita "a parafernália arquitetônica que assolou nossas cidades" nos últimos anos, enquanto o cálculo de perdas na mão-de-obra é computado tranqüilamente nos custos da construção. "Ao nível do projeto a tecnologia se sofistica, ao nível do trabalhador as condições se embrutecem, marcando mais do que nunca a divisão de trabalho entre quem pensa e quem executa, sendo sacrificado às vezes até com perda de vida."

Se o simbolismo tem seu papel garantido nas áreas destinadas à classe média, obras estatais e corporações empresariais e financeiras, a ideologização é exacerbada nas áreas de habitação do proletário, com sua arquitetura nua e crua. Estender o trabalho do arquiteto, que hoje atende a uma elite, à classe operária poderia, segundo Ermínia, minimizar o problema de emprego dos jovens recém-formados mas, certamente, não resolveria os problemas ambientais que ela apresenta, pois suas origens são outras que não a arquitetura em si. "O assentamento residencial da população que migra do campo para as cidades não é precedido de planejamento ou projeto arquitetônico, porém o espaço resultante dessa ocupação nada tem de espontâneo; ele é rigidamente determinado, sem folgas para escolha."

As necessidades da população trabalhadora de infra-estrutura e elementos básicos de sobrevivência acabam ficando por conta do Estado já que ela não tem como pagar aos particulares. O Estado, por sua vez, argumenta a falta de verbas mas edifica obras faraônicas a serviço de outras camadas da população. E quando o Estado investe em equipamentos pressupondo o retorno de capital, essa população é excluída do consumo. Essa ausência do Estado, enquanto máquina administrativa na periferia, determina que a população solucione alguns de seus problemas mais imediatos, o que se dá à custa do aumento da jornada de trabalho, do número de pessoas economicamente ativas na família, da diminuição de gastos com a alimentação. "A proletarização do espaço acentua-se após a Segunda Guerra, a partir da década de 50, com a aceleração nos processos de produção, a industrialização e a migração intensiva. Essa dinâmica ajuda-nos a identificar os verdadeiros arquitetos do nosso espaço urbano cujo desenho não se restringe à periferia."

"O reino da liberdade", como foi vista a periferia das obras metropolitanas, nada mais é do que a manutenção do baixo nível salarial de um lado e o descaso da administração estatal de outro, coerentes com o objetivo de diminuição do custo de reprodução da força de trabalho a partir das relações familiares na construção de casas e equipamentos públicos. Concluindo, Ermínia Maricato faz uma proposta de retomada do debate dos rumos da arquitetura no Brasil "resgatando o que foi destruído para que possamos preencher o vazio entre os que reafirmam a mágica simbólica do projeto, os que supervalorizam o instrumental burocrático e tecnocrático e os que não enxergam o objeto arquitetônico no universo de uma economia política lida às pressas".

O assalariamento do Arquiteto

Mayumi de Souza Lima aborda a formação do arquiteto, ensino de arquitetura e o mercado de trabalho sob um ângulo basicamente político, situando o arquiteto num sistema que pressupõe limites. Numa análise preliminar ela fala da massificação da educação que levou à saturação do mercado apesar de grandes faixas da população não contar com qualquer atendimento.

"O curioso porém" — diz Mayumi — "é que os próprios arquitetos prejudicados nessa seleção de oportunidades de trabalho colaboram para o reforço e agravamento da situação, através da alimentação do mito do arquiteto, 'artista livre, liberal, autônomo, ou técnico eficiente, neutro e humanista', sem assumir a sua condição cada vez mais difícil de uma peça do sistema da produção capitalista, explorado igualmente no seu trabalho. Os próprios arquitetos assalariados procuram afirmar a condição secundária do trabalho assalariado, ainda que este tome o seu tempo integral, colocando como sua atividade

Quando mudar não esqueça de atualizar seu endereço

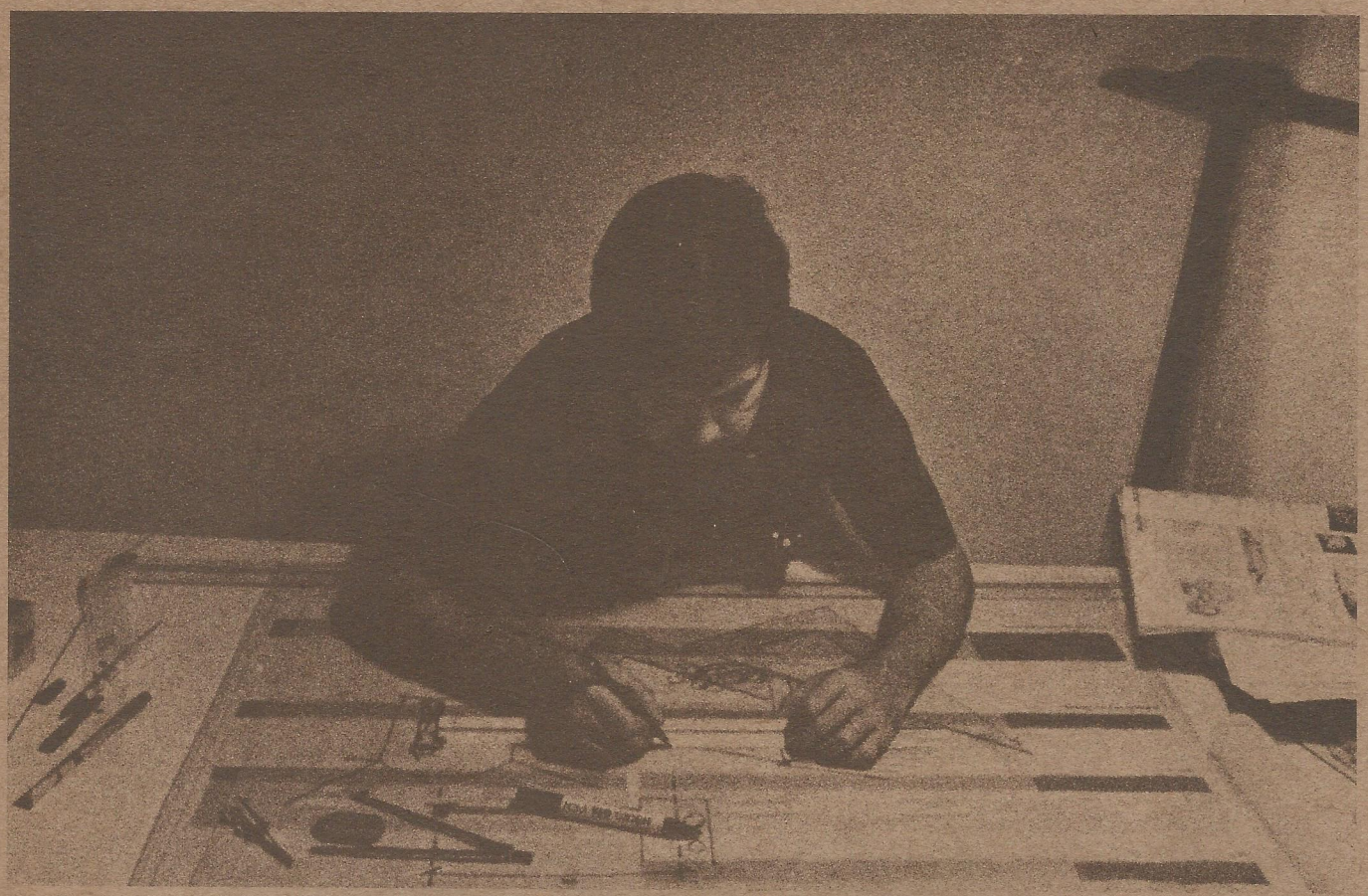
nome _____

endereço _____

CEP _____ cidade _____ estado _____

cole aqui o endereço antigo

Jornal ARQUITETO



principal a de arquiteto autônomo que, nestas condições, é possível exercer apenas esporadicamente."

"Surge assim esboçada uma situação interessante: de um lado, um mercado de trabalho diversificado, heterogêneo, inconstante e segmentado que encontrou no arquiteto o profissional polivalente, capaz de vender qualquer mercadoria, sem alterar-lhe o conteúdo e assegurando ao capital o necessário retorno. Os objetos tornam-se mais agradáveis à nossa vista e o projeto do arquiteto passa a ser, por si, uma mercadoria que vende melhor e mais caro um espaço que não existe, um conforto que é inviável, uma liberdade que é fictícia e sempre destinada a uma parcela mínima da população.

Uma vez que o mercado de trabalho ligado à construção civil tornou-se insuficiente e tende a se agravar a cada ano, a solução geralmente é procurada através: da sensibilidade do Estado; da conquista dos consumidores da periferia urbana; da exportação da tecnologia e da cultura para os países menos desenvolvidos, numa associação com as empresas de consultoria e de engenharia. Temos, de outro lado, o profissional que, segundo uma colocação do sociólogo José Carlos Durand é 'dotado de percepção sociológica e política sensivelmente superior à média dos profissionais de nível superior e cultivador da sensibilidade artística', mas que se nega a reconhecer-se no espelho, perplexo diante da incompreensão dos clientes, perplexo diante das condições de habitação das populações de baixa renda, perplexo diante do caos urbano e perplexo, mais ainda, diante dos estudantes de arquitetura."

Mas é, segundo Mayumi, através do ensino nas Universidades, embora limitado, que o arquiteto poderá repensar seu trabalho, a ideologia de sua produção e a procura de uma nova prática enquanto arquiteto. E propõe — "A ação pedagógica deverá voltar-se para a destruição do saber segmentado e, portanto, da percepção dividida e isolada do trabalho; da hierarquia e da autoridade, baseadas no saber acabado que se transmite aos estudantes ou ao operário; dos modelos e mitos que valorizam a estrutura e as relações de produção do sistema, iludindo os estudantes quanto à natureza e as possibilidades reais de ação profissional para o estudo crítico do processo de reprodução capitalista, contidos nos desenhos do urbano do objeto ou da construção. A ação pedagógica não é um fato isolado da ação política, mas parte dela, e, conseqüentemente, examina dinamicamente a estratégia a ser adotada."

O fim do autônomo

"O arquiteto, como profissional liberal autônomo, desapareceu na Bahia" — afirma Edmilson Carvalho, ex-presidente do IAB/BA — "Quando liberal, ele tinha a burguesia como clientela e o IAB dirigia sua política totalmente voltada para esse arquiteto. A partir de 64, o processo de concentração de renda passou a ser galopante além da entrada maciça de capital estrangeiro no país. Tudo isto afetou o arquiteto como categoria profissional, rebaixando o seu nível e fazendo surgir o assalariado."

"O monopólio da economia após 64 descaracterizou a cultura, inclusive a produção arquitetônica brasileira, deterioração que atinge também a habitação popular. É nesse momento que os arquitetos passam a freqüentar a entidade e a cobrar de seus dirigentes uma série de posicionamentos e atitudes. Já não era importante a tabela de honorários mas a questão salarial. Ao mesmo tempo, os arquitetos começaram a entender que sua luta não era somente sua, mas também dos demais profissionais liberais e de amplos setores da população."

Outra luta empreendida pelos arquitetos baianos, segundo Edmilson, diz respeito ao monopólio das empresas construtoras e das multinacionais do setor. E além disso, "os arquitetos perceberam que a luta a se assumir atingia a liberdade de expressão, de reunião, de pensamento, enfim, as liberdades democráticas. Essa é a orientação nacional do IAB e dos departamentos estaduais. Há obstáculos que se opõem a essas lutas a nível administrativo, de mobilização dos arquitetos pelo medo imprimido nesses 14 anos e a mentalidade de certos dirigentes, mas é importante, vital, prosseguir".

Democracia e Arquitetura

"A questão da Democracia e a Arquitetura Moderna do Brasil" foi o tema de um longo trabalho apresentado pelo arquiteto Nelson Souza, do IAB/RS. Abordando a produção arquitetônica no país, Nelson destaca o desencanto crescente entre os arquitetos mais lúcidos e talentosos com os resultados obtidos até agora. "A tendência nítida e predominante nesses 50 anos de ideologizar o fenômeno arquitetônico num sentido que, até agora, tem servido às classes dominantes, parceiras dos ainda otimistas, ingênuos ou não, tem deixado de contribuir para trazer à tona os problemas reais da Arquitetura e da profissão e a aquisição de uma consciência objetiva desses problemas."

Mas vivemos num país capitalista e é o que Nelson Souza procura expor a seguir, esmiuçando o processo de produção e apropriação da renda, que ele chama de "o processo civilizatório burguês".

A acumulação do lucro, regra do jogo capitalista, exige a concorrência para sobreviver, o que implica colonialismo. No Brasil de hoje essa condição é bastante clara, produzindo-se no País a matéria-prima que é exportada e readquirida depois como produto final, pondo em crise a indústria privada nacional. Simultaneamente tem-se uma minoria concentrando a renda, o que favorece a restrição do consumo no mercado interno dada a grande maioria sem capacidade de consumo. "Nosso lugar foi desenhado desde 1500, como peça cada vez mais importante mas sempre como satélite, sócio menor do capital que agora aqui dentro se instala em pontos-chave da nossa economia."

Nelson Souza coloca a questão atual do País como integrante do 3.º mundo, alimento das grandes potências e vivendo sempre o estado de projeto do futuro, estratégia utilizada como forma de convencer a população de que um dia o País será uma potência em detrimento do hoje, de tantas privações. A Democracia, segundo Nelson é incompatível com o Capitalismo e só existe adjetivada nas grandes potências. No Brasil, a ansiada Democracia é um objetivo por alcançar. "Como arquitetos, estamos inseridos na divisão social e técnica do trabalho. Não fazemos o que queremos e como desejamos como profissionais, nem realizamos o que a população aspira e necessita. Realizamos o que socialmente nos é solicitado."

A determinação do que deve ser feito é, historicamente, subordinada aos interesses do capital nas matrizes dos centros desenvolvidos. As cidades se formam anarquicamente a partir do que é considerado mercadoria vendável, e todas as necessidades do habitante da cidade constituem pretextos para investimentos, reprodução de capital e reprodução da ordem social. O planejamento urbano como estratégia da arquitetura se frustra com os edifícios-cidade da cidade capitalista. E como as demais mercadorias, o objetivo da produção comparece na edificação. "O organismo específico da produção de edifícios é a empresa construtora." E dentro do esquema da construção rodeada por amplo aparato financeiro e publicitário, encontram-se os vários níveis de empresas de arquitetura, acentuando-se dentro da própria categoria profissional dos arquitetos a divisão de classes sociais. A articulação dos diversos momentos do processo servem para definir a potência capitalista da empresa ou consórcio e sua expressão política como fração do poder em âmbito nacional. "Nesse 'terreno' e com esses 'materiais' se fazem as arquiteturas belas, feias, autênticas, mistificadas — é o moderno carnaval que está aí."

Nelson Souza define o consumo do espaço-edificado como um lugar que não é neutro. A instituição se corporifica nos espaços-edificados a serviço do capital. Em suas conclusões Nelson afirma a condição opressora da arquitetura. "A produção arquitetônica tem, portanto, como objetivo fundamental, servir como meio para o exercício de determinado processo social, cujo conteúdo independe da vontade do arquiteto, é um conteúdo social objetivo."